

MUDANÇAS DO TRABALHO NO BRASIL E TRANSFORMAÇÃO NO PERFIL DOS DIRIGENTES CUTISTAS¹

Guilherme Carvalho²

RESUMO

A década de 2000 é marcada pela consolidação da nova noção de representação da CUT, ou o abandono do conceito tradicional de representação do sindicalismo. A nova conjuntura se desenvolve paralelamente à consolidação de um novo perfil de dirigentes sindicais cutistas, iniciada nos anos 1990. A CUT já não seria mais uma organização majoritariamente de trabalhadores do setor industrial. Com a adaptação à nova realidade, onde o trabalho em serviços predomina, a Central incorpora novas estratégias para agregar setores mais heterogêneos da classe trabalhadora e em condições mais instáveis. É o que apresentamos neste artigo, partindo de dados de questionários aplicados nos congressos da CUT, em momentos distintos, e com informações do grupo dirigente da Central.

Palavras-chave: CUT, trabalho, perfil, dirigentes

ABSTRACT

The 2000s are marked by the consolidation of new notion about CUT representation, or the abandonment of the traditional concept unionism representation. The new situation develops parallel to the consolidation of a new profile CUT union leaders began in the 1990s. The CUT would no longer mostly an organization of workers in the industrial sector. By adapting to the new reality, where the service work predominates, the Central incorporates new strategies to add more heterogeneous sectors of the working class and more unstable conditions. It is what we present in this article, starting with data from questionnaires used in the CUT congresses, at different times, and with information from the Central leading group.

Keywords: CUT, work, profile, leaders

1. Boa parte deste artigo traz dados e análises extraídos da tese "A representação da CUT no Governo Lula (2003-2010)", publicada em 2012.

2. Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista, mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná e Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. guilhermegdecarvalho@hotmail.com. Professor do Centro universitário Uninter, em Curitiba/PR.

Introdução

Ao longo de sua existência, a CUT expressou uma mudança sobre o entendimento de representação de interesses. Acompanhando as transformações nas estratégias de ação que substituíram a lógica do conflito pela negociação, a CUT aos poucos assimilou uma noção ampliada de representação para além dos limites conceituais de classe trabalhadora³.

A partir dos anos 2000, com a vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições para a presidência da República, a CUT ganhou espaço de intervenção sobre políticas públicas. A participação em conselhos, debates para aprovação de projetos de lei, mesas de negociação com governo e outras instituições se tornam parte do dia-a-dia de dirigentes da Central. A CUT integrou-se ao governo pela primeira vez. No campo econômico, observa-se a passagem de um mercado de trabalho predominantemente industrial para uma maioria ligado aos serviços.

A nova conjuntura se desenvolve paralelamente à consolidação de um novo perfil de dirigentes sindicais cutistas iniciada nos anos 1990. A CUT já não seria mais uma organização majoritariamente de trabalhadores do setor industrial. Com a adaptação à nova realidade, em que o trabalho em serviços predomina, a Central incorpora novas estratégias para agregar setores mais heterogêneos da classe trabalhadora e em condições mais instáveis. É o que apresentamos neste artigo, partindo de dados de questionários aplicados nos congressos da CUT, em momentos distintos, e com informações do grupo dirigente da Central.

Temos motivos para crer que a concepção de representação para além da classe trabalhadora se deve a fatores diferentes. São elas: *as condições do mercado de trabalho flexibilizado e desregulado* que modificou estruturalmente as relações de trabalho de modo que a maior parte dos brasileiros passaram a estar fora do mercado formal; a *nova conjuntura político-institucional*, na qual o governo federal facilita a intervenção propositiva da CUT nos mais diversos espaços; e uma *mudança na concepção de sindicalismo cutista*, que passa a adotar uma ação inclusiva para as camadas mais desfavorecidas da população.

A CUT nos anos 2000

A década de 2000 é marcada pela consolidação da nova noção de representação da CUT, ou o abandono do conceito tradicional de representação do sindicalismo. No 10º Concut, realizado em 2009, o sindicalismo cutista voltaria suas atenções para o crescimento da sua representatividade por meio da am-

3. Para o sentido de classe trabalhadora, consideramos os estudos de Antunes (2006), que parte de uma análise atualizada do conceito marxista de classe incluindo o trabalho improdutivo, ou seja, aqueles que não participam diretamente do processo de valorização do capital. Somamos a esta consideração os estudos de Thompson (1987a) para o qual a formação da classe passa pelo aprofundamento de um processo de consciência construído historicamente a partir de determinados momentos específicos. Para uma análise das aproximações teóricas entre os dois pesquisados, ver Aquiles (2011).

pliação da sua base de representação. Os documentos aprovados levam a crer que os dirigentes cutistas reconheceriam o sindicalismo como prática organizativa para além dos trabalhadores formais.

O Plano de Lutas eleito como prioritário incluía a defesa dos direitos dos trabalhadores formais no mercado de trabalho, mas ampliava a base de ações para vários outros temas que não dizem respeito exclusivamente ao conceito de classe. Entre as atividades aprovadas estavam ações de comunicação, políticas para as mulheres, combate ao racismo, direito de livre orientação sexual, inclusão de deficientes, organização da juventude, políticas para aposentados e pensionistas, apoio à economia solidária e defesa dos direitos humanos. Nos anos 1980 ou 1990, quando estas questões apareciam nas teses dos congressos, vinham vinculadas ao mercado de trabalho. Por exemplo: políticas contra o racismo (no trabalho), em defesa da mulher (trabalhadora), entre outros. A mudança no padrão da ação sindical cutista incluía:

A construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo [que] implica a democratização da vida social e política, com o fortalecimento e a criação de espaços institucionais de participação da sociedade, a exemplo dos Conselhos de Políticas Públicas e Fóruns. Esses espaços possibilitam a explicitação de conflitos e da disputa com as elites dos setores da indústria, do comércio, do sistema financeiro, da agricultura, enfim, elites que historicamente resistiram à busca de um amplo espaço de negociação, sobretudo pautado pela transparência. Além disso, é essencial avançar para a criação de espaços políticos de participação popular e democracia direta, para além da representação institucional dos setores organizados, o que requer uma firme disposição de alterar os padrões atualmente vigentes para a comunicação de massas (Resoluções do 8º Concut, 2010).

Santana e Ramalho (2003) citam o ressurgimento do movimento organizativo dos trabalhadores, no sentido de superação de uma crise resultante da conjuntura desfavorável para o sindicalismo que, no Brasil, abateu-se nos anos 1990. Este ressurgimento estaria emergindo da integração de atividades já preexistentes com as de participação. Esta reorientação modificaria o padrão da ação sindical, colocando a questão social no centro das preocupações, combinando com o cenário de ampliação da vulnerabilidade econômica e social. As formas de representação de trabalhadores estáveis seriam combinadas com o grupo de instáveis.

Em boa parte, a concepção de sindicalismo que emergia com mais força no interior da CUT a partir dos anos 2000 se deve à nova conjuntura política no país, que significou uma nova perspectiva para o sindicalismo cutista. Tratava-se da possibilidade de inverter a tendência institucional do governo em deslegitimar a CUT, devido à proximidade entre a Central e o PT, que assumiu a presidência a partir de 2003. O entusiasmo com o novo governo possibilitava à CUT investir decisivamente no projeto participativo que vinha sendo gerido nos anos 1990, conforme pode ser percebido a seguir:

O novo governo está propondo a criação de diferentes espaços de participação da sociedade na condução das políticas estatais – conselhos, fóruns, entre outros. Neste sentido, a CUT e os setores nela organizados devem impulsionar fortemente a ampliação da transparência no trato da coisa pública e dos controles sociais sobre as políticas e programas governamentais, colocando-se como um ator relevante e principal para representar os trabalhadores e trabalhadoras, visando a garantia e a ampliação de direitos. A CUT deve intensificar suas ações na relação com o Estado, o governo e a sociedade civil, visando aprofundar a democracia no Brasil com a efetiva democratização do Estado e a participação da sociedade e dos trabalhadores na definição, na gestão e no controle social das políticas públicas. Uma democracia radical, socialista, e econômica e social (Resoluções do 8º Concut, 2010).

Como pode ser percebido, a CUT nutre uma noção de representação institucionalizada por meio de conselhos, fóruns, câmaras e outros mecanismos tripartites, intrinsecamente ao conceito de democracia participativa. Para a Central, a possibilidade de participação em políticas públicas, é determinante para que a democracia seja aprofundada. Em outros termos, significa que a ampliação da representatividade da CUT passa pelo seu reconhecimento institucional como interlocutora de um grupo social que abrange não apenas a classe trabalhadora, mas o conjunto da sociedade.

O presidente da CUT expressava esta reorientação conceitual para a CUT da seguinte maneira:

[...] quando se fala em democracia, em democratização do Estado, falamos da necessidade de criar instrumentos e espaços de participação cada vez maior de trabalhadores, dos movimentos sociais, no que tange às principais decisões que se tomam no país, seja através da democracia direta, com a ampliação de instrumentos como plebiscitos e referendos, seja na institucionalização de espaços de decisões e de participação dos trabalhadores. O segundo elemento é garantir que esses espaços de participação criados em várias instâncias durante o governo do presidente Lula sejam efetivados como política de Estado e não apenas como política de governo, isto é, garantir a institucionalização de um conjunto de espaços que possibilitem a participação dos trabalhadores nas decisões das empresas nas decisões sobre políticas públicas, na democratização do orçamento, independente de quem esteja no governo (Artur Henrique dos Santos, apud Organização sindical, 2009).

A declaração revela mais do que a defesa da democracia, como a CUT se propôs a fazer desde a sua fundação. Trata-se de reivindicar um espaço de participação no qual possa intervir de modo que transforme a realidade, ao mesmo tempo em que isto permita à organização exercer influência sobre grupos sociais. É justamente esta permanência que busca a CUT, consolidando-se institucionalmente como uma organização paralela ao poder republicano, capaz de interpor-se entre este poder institucional e a sociedade.

Analisamos neste tópico o perfil daqueles que compõem o núcleo dirigente do sindicalismo cutista. Referimo-nos aos delegados dos congressos da Central em que foram realizadas pesquisas. Valemo-nos dos dados obtidos pela Central nestes eventos e do trabalho publicado por Jácome Rodrigues (2011). Nossa intenção é fazer algumas comparações entre as informações levantadas a fim de avaliar o comportamento da Central, a participação dos delegados e comprovar a mudança no padrão de representação.

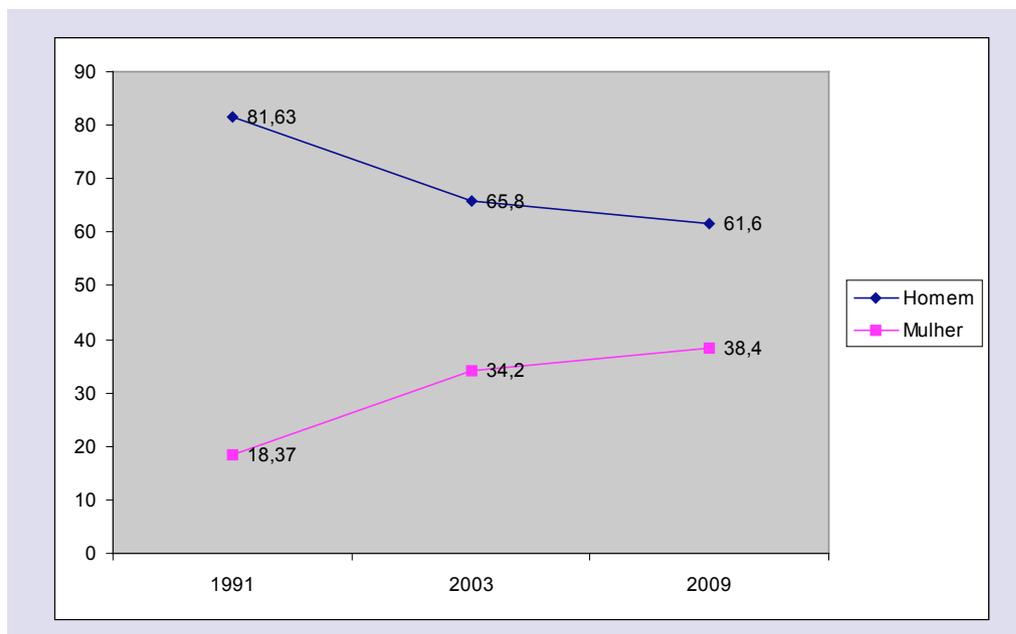
Procuramos demonstrar as mudanças no perfil das lideranças cutistas ao longo dos anos de modo que os dados possam contribuir para reafirmar o processo de institucionalização da CUT e seu novo padrão de representação. Obviamente, estamos nos utilizando destes dados como amostra da totalidade da CUT.

O primeiro gráfico que apresentamos é a respeito da quantidade de homens e mulheres nos Concuts. Observa-se uma mudança significativa entre os sexos, demonstrando o crescimento da presença de mulheres na CUT. De 18,37%, elas passaram a ser 38,4%. A representatividade de mulheres ainda não corresponde à realidade do mercado de trabalho brasileiro, já igualado no aspecto quantitativo. Porém, representa uma aproximação com a realidade, tendo em vista o início dos anos 1990. Além do aumento do ingresso de mulheres no mercado de trabalho formal, o que ajuda a responder ao crescimento de mulheres no sindicalismo, é preciso ressaltar também o avanço de ações sindicais sobre o tema. Nos últimos congressos, a CUT tem destacado atividades específicas para este público, incluindo a orientação para eleição de pelo menos 30% de delegadas aos Concuts e a criação da Secretaria da Mulher. A direção executiva nacional da CUT eleita em 2009, por exemplo, conta com 29% dos quadros ocupados por mulheres. No primeiro Concut, apenas uma mulher compunha a executiva, correspondendo a 5,5% do total (Gráfico 1).

Os próximos gráficos trazem as idades dos delegados, que apontam um envelhecimento da Central. Apresentamos abaixo dois quadros devido às diferenças na coleta de dados que não eram compatíveis, mas que permitem uma avaliação comparativa. Se nos anos 1980, a maioria dos delegados estava na faixa dos 30 aos 39 anos, nos anos 2000, eles passaram a compor o grupo próximo dos 50 anos. Neste sentido, poderíamos afirmar que o sindicalismo cutista está mais velho após a vitória de Lula nas eleições. Os dirigentes que participam dos congressos passaram a ter uma média de idade maior (Gráficos 2 e 3).

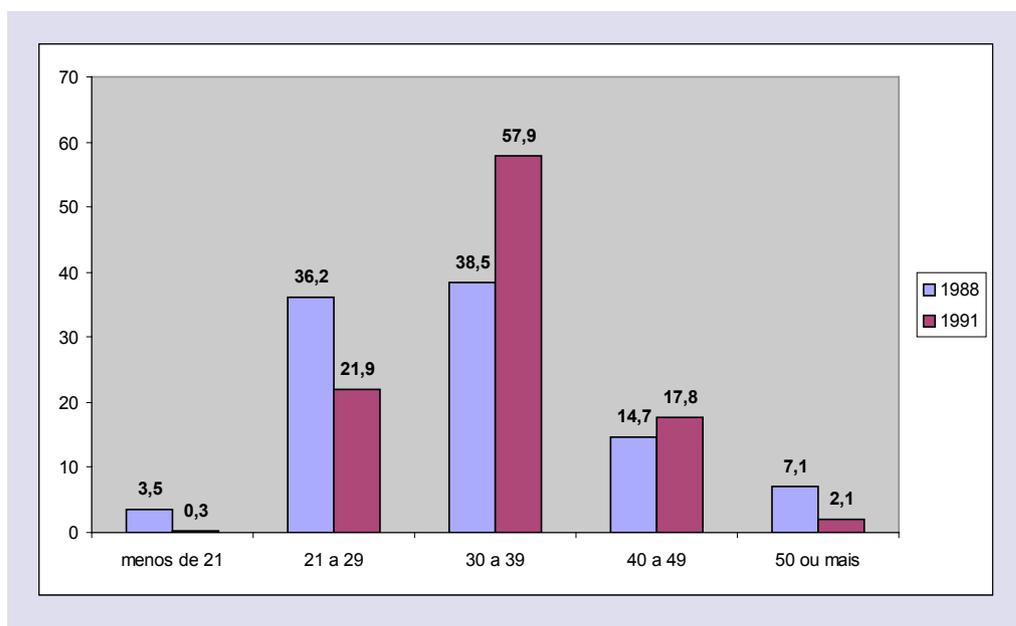
Ao longo dos anos, a CUT também dá mostras de que a renovação das direções sindicais e da própria CUT tem diminuído. Com exceção do 3º Concut, realizado em 1988, os demais congressos são marcados pela predominância de diretores sindicais como delegados nos congressos. Uma das mudanças neste quadro refere-se às regras para eleição de delegados que passou a vigorar a partir de 1991. Segundo Jácome Rodrigues (2011), a direção de trabalhadores da base teria ficado mais restrita já que a quantidade de delegados por sindi-

GRÁFICO 1
Percentual de homens e mulheres nos Concuts



Fonte: Jácome Rodrigues (2011), Quem São (2006), Perfil (2010)

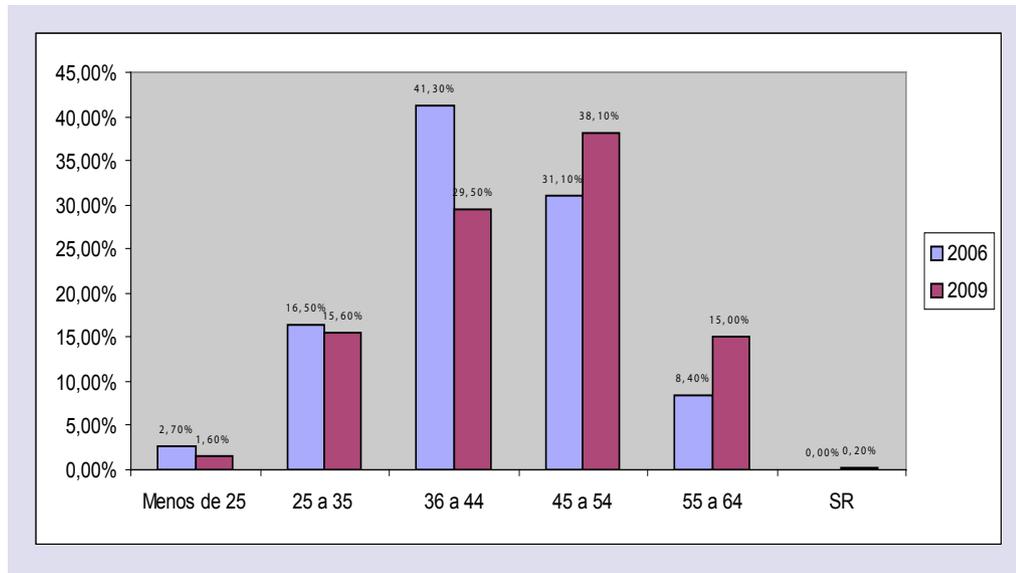
GRÁFICO 2
Idade dos delegados dos Concuts - 1988 e 1991



Fonte: Jácome Rodrigues (2011)

catos diminuiu significativamente devido às mudanças estatutárias. A única inversão da tendência de cúpula da CUT, isto é, de redução da proporção de delegados dirigentes, ocorreu no congresso de 2009. O fato marcante anterior a este momento é a desfiliação de uma parte de sindicatos influenciados pelo PCdoB, que compunha aproximadamente 25% da força no interior da CUT, sugerindo que esta corrente mantinha alto grau de concentração de vagas para delegados nas mãos das direções sindicais.

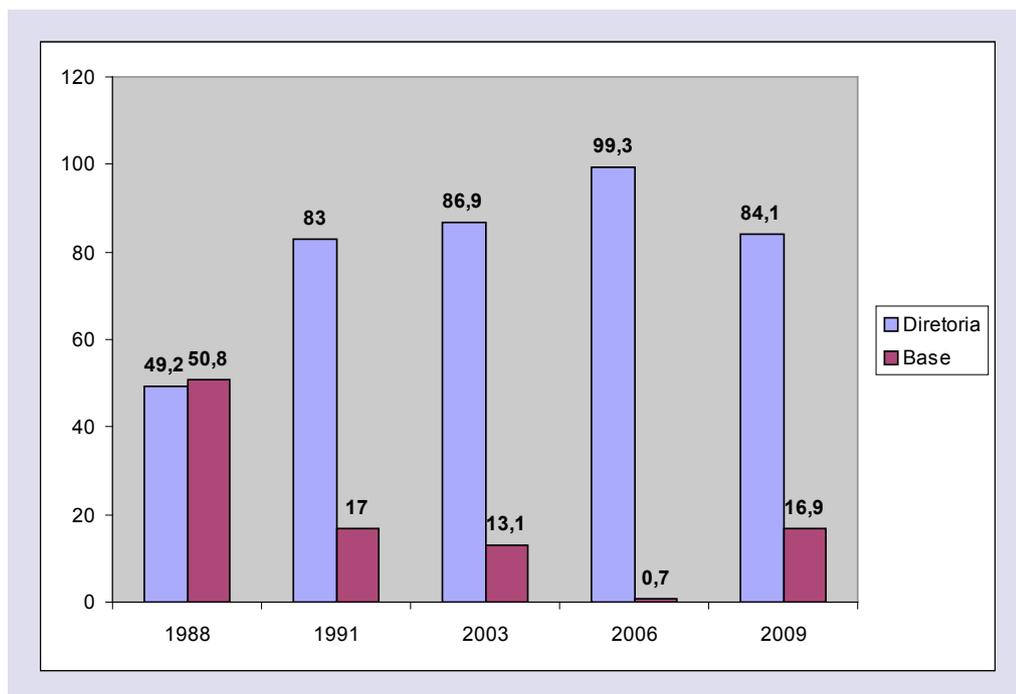
GRÁFICO 3
Idade dos delegados nos Concuts - 2006 e 2009



Fonte: Quem são (2006), Perfil (2010)

Em geral, os delegados de base, quando retornam para seus locais de trabalho, são cotados para compor as direções sindicais. No caso da CUT pós-1991 as opções de composição de chapa podem ter se reduzido em função das novas regras. Além disso, há uma chance maior também de os debates apresentados nos congressos ficarem restritos às direções sindicais, dificultando a difusão das deliberações dos congressos.

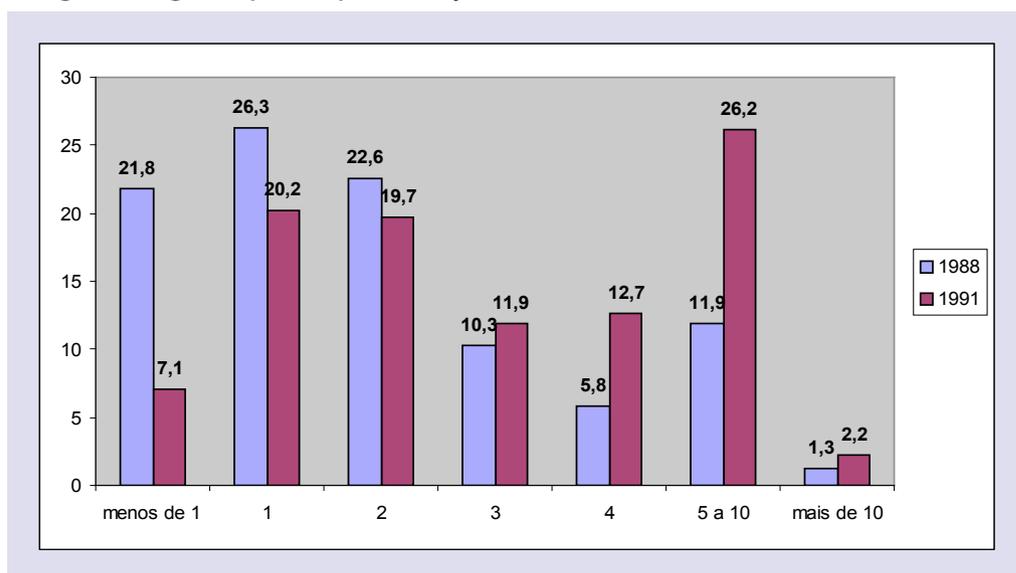
GRÁFICO 4
Delegados em relação aos sindicatos nos Concuts - 1988-2009



Fonte: Jácome Rodrigues (2011), Quem São (2006), Perfil (2010)

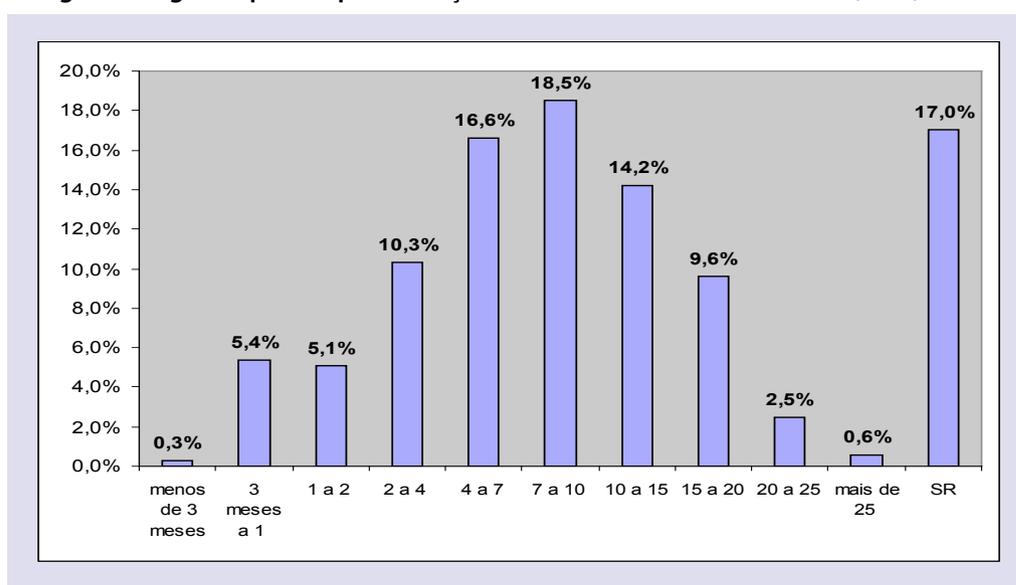
Os Gráficos 5 e 6 reforçam a hipótese de que os delegados que são dirigentes sindicais da CUT têm se mantido cada vez por mais tempo na direção das entidades. Trata-se de uma evidência de que reduziu consideravelmente a capacidade de renovação dos quadros cutistas. Em parte, é preciso considerar que o 3º Concut ocorre em um momento de ascensão do sindicalismo cutista, após vitórias eleitorais em várias entidades, além da legalização dos sindicatos de servidores públicos, o que explica o alto número de delegados que estavam há menos de 1 ano nas direções sindicais naquele ano. Em compensação, observa-se o alto número de dirigentes que estavam há mais de 7 anos nas direções no 10º Concut, correspondente a 47,3% do total.

GRÁFICO 5
Delegados dirigentes por tempo de direção em sindicatos nos Concuts 1988 e 1991 (anos)



Fonte: Jácome Rodrigues (2011)

GRÁFICO 6
Delegados dirigentes por tempo de direção em sindicatos nos Concuts 2009 (anos)

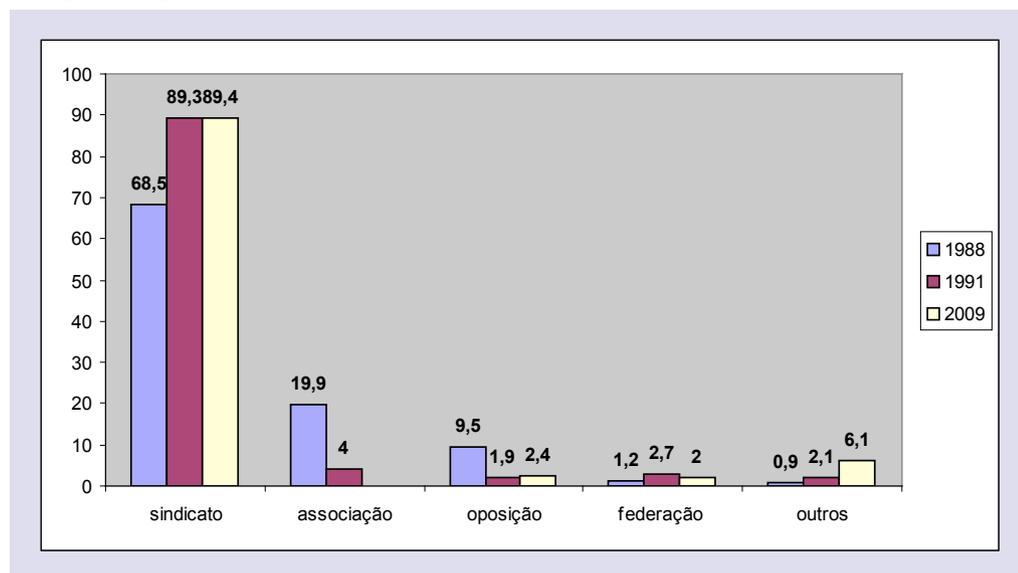


Fonte: Jácome Rodrigues (2011)

As informações dispostas no Gráfico 7 apontam pouca variação na natureza das entidades que compõem a CUT. Os únicos fatos relevantes nos dados referem-se à redução de associações e ao crescimento de sindicatos a partir de 1991. A mudança está relacionada com a legalização de sindicatos de servidores públicos, antes organizados como associações, devido à proibição de sindicalização destes trabalhadores. Também se verifica a redução das oposições sindicais a partir de 1991. Duas questões são relevantes para isso: as mudanças nos critérios para eleição de delegados, que reduziram as vagas para as oposições e as vitórias cutistas que avançaram nos anos 1990, retratado pelo crescimento de filiações à CUT na primeira metade daquela década; e a vitória das oposições, tornando muitos dos opositoristas diretores sindicais.

GRÁFICO 7

Delegados segundo a entidade que representam nos Concuts 1988, 1991 e 2009

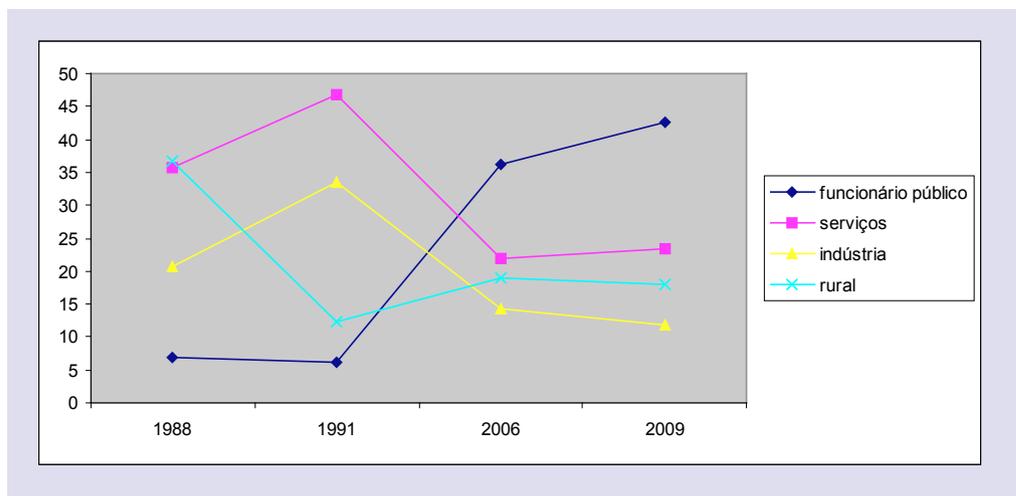


Fonte: Jácome Rodrigues (2011), Quem São (2006), Perfil (2010)

As mudanças na economia brasileira provocaram impactos profundos no perfil da classe trabalhadora, com reflexos sobre o perfil dos delegados que participaram dos congressos. Observa-se a diferença de presença de funcionários públicos, que passaram a encabeçar a lista de delegados, enquanto os trabalhadores rurais, maioria nos anos 1980, passam a ser minoria em 2009. Destaca-se, ainda, a queda de delegados do setor industrial e de serviços. Este último, surpreendentemente, o qual passou a compor a maior parte do perfil de profissões do país, diminuiu a representatividade no interior da CUT. Uma das hipóteses para o fenômeno é o fato de que, apesar do crescimento de empregos nesta área em detrimento das demais, o setor de serviços também é o que acumula a maior parte do trabalho informal, o que explicaria o contraste entre delegados e o quadro do mercado de trabalho brasileiro. Basta observar que, em 1991, há um crescimento de delegados provenientes deste setor, mas que se reduz drasticamente no Concut de 2006, indicando os impactos das transformações no mercado de trabalho.

No Gráfico 8, supomos que boa parte dos delegados inscritos como participantes de associações são provenientes do funcionalismo público. Interessante perceber que os trabalhadores rurais eram maioria no primeiro congresso da CUT, seguidos pelos trabalhadores da indústria. Atualmente são os dois grupos que proporcionalmente compõem a minoria no interior da Central, apesar do grande peso político que detêm. Dos 24 cargos da direção executiva, 10 são divididos entre trabalhadores da indústria e do meio rural. Em compensação, a CUT passou a ser uma Central predominantemente de trabalhadores do serviço público⁴.

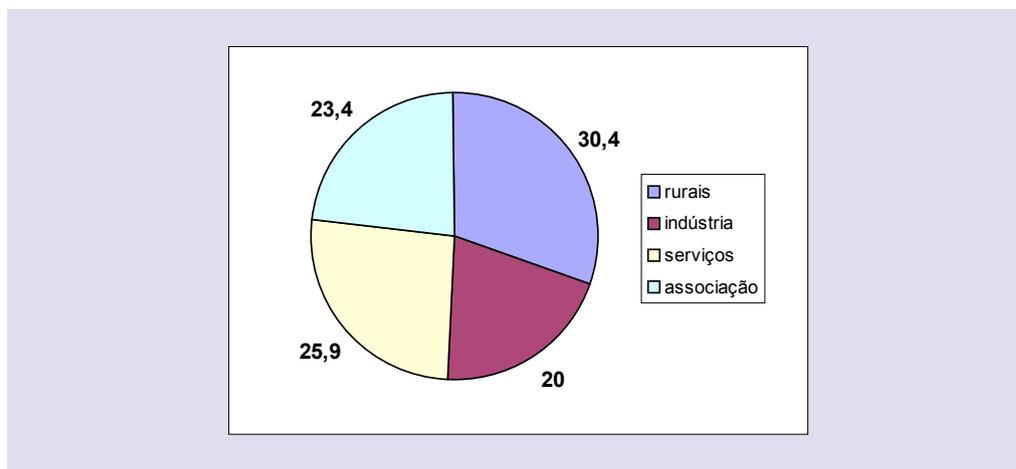
GRÁFICO 8
Delegados segundo o setor econômico⁽¹⁾



Fonte: Jácome Rodrigues (2011), Quem São (2006), Perfil (2010)

Nota: (1) A título de esclarecimento, destacamos que as fontes de pesquisa do 9º e 10º Concut não dividiam os delegados por setor econômico, mas por ramos de atividade, conforme classificação do IBGE. Para que pudéssemos fazer uma análise comparativa, utilizamos a classificação disposta por Jácome Rodrigues (2011). Consideramos funcionários públicos: administração e serviço público, educação, saúde e seguridade social e municipais; Consideramos serviços: comunicação e informação, financeiro, transporte, urbanitários, profissionais liberais, vigilantes e prestadores de serviços e comércio e serviços; Consideramos indústria: minérios, químicos, metalúrgicos, alimentação, construção e madeira e vestuário; Consideramos rurais: rurais

GRÁFICO 9
Delegados por setor econômico no 1º Concut (1984)

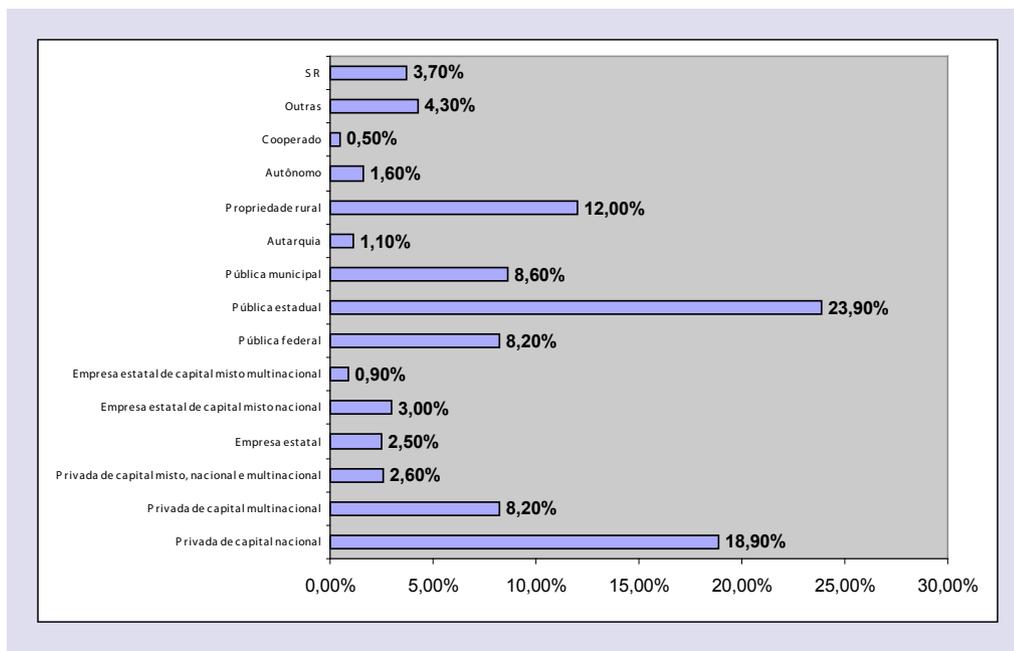


Fonte: Jácome Rodrigues (2011)

4. Separamos os dados do 1º Concut e dos demais congressos devido à incompatibilidade das bases metodológicas para classificação dos trabalhadores. O primeiro Concut, por exemplo, era composto de 23,4% de delegados de associações, o que se pressupõe que sejam funcionários públicos. É esta suposição que nos permite acreditar que os dados servem a título de comparação.

No Gráfico 10, são apresentados dados que reforçam as informações dispostas nos gráficos anteriores. Ou seja, a CUT passou de uma organização que representava majoritariamente trabalhadores da indústria para uma Central, que representa essencialmente trabalhadores em serviços. Observa-se que 40,7% dos delegados são representantes do serviço público, 29,7%, do serviço privado, 12% do meio rural e apenas 6,4% são trabalhadores de estatais. A pouca quantidade de representantes de estatais surpreende, uma vez que, em geral, as estatais como Petrobras, Correios e a maior parte das empresas de água e luz geralmente concentram sindicatos com alto número de sindicalização e com bases de representação gigantescas, o que deveria garantir maior quantidade de delegados. No entanto, os dados apontam que a maior parte do sindicalismo cutista está concentrada nos trabalhadores de prefeitura, governos estaduais e federal. Este também é um indício de que a intervenção cutista em políticas públicas tem revertido em crescimento da representatividade da Central nestes meios.

GRÁFICO 10
Delegados por tipo de contratação no 10º Concut (2009)

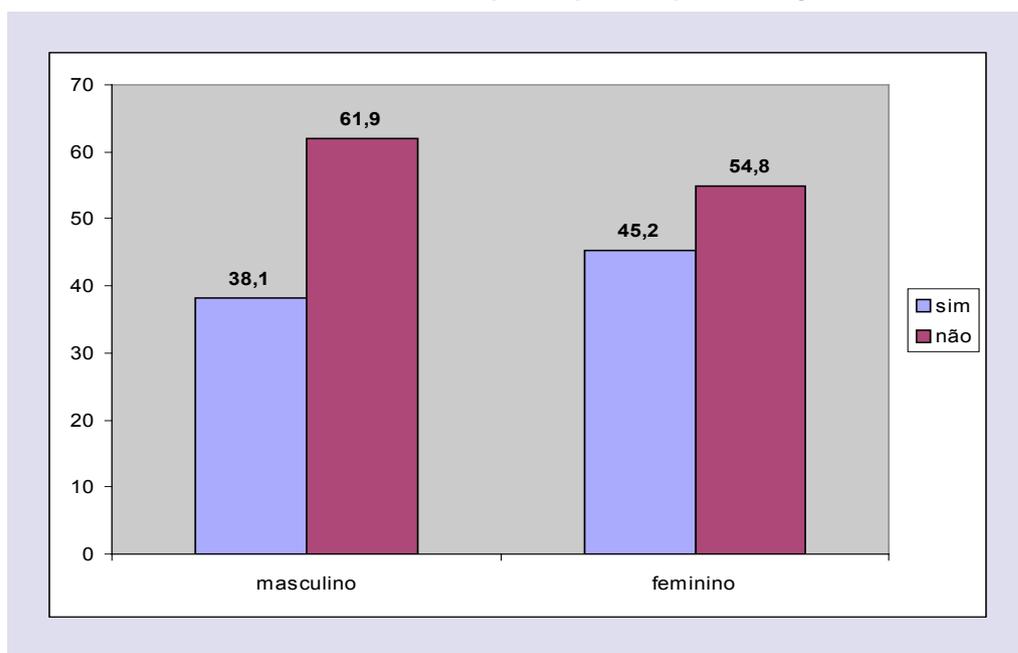


Fonte: Quem São (2006), Perfil (2010)

Por fim, apresentamos gráficos que indicam um alto grau de participação dos delegados do 9º Concut em conselhos estaduais e municipais de políticas públicas. Os dados dão conta de que as mulheres são mais propensas a participar de conselhos do que os homens. Em compensação, eles continuam maioria na composição dos conselhos, com larga vantagem nos conselhos sobre trabalho. A exceção são os conselhos de educação, que sugerem a participação maior de trabalhadores de educação neste meio, onde, em geral, as mulheres são maioria. De qualquer maneira, percebe-se o envolvimento maior

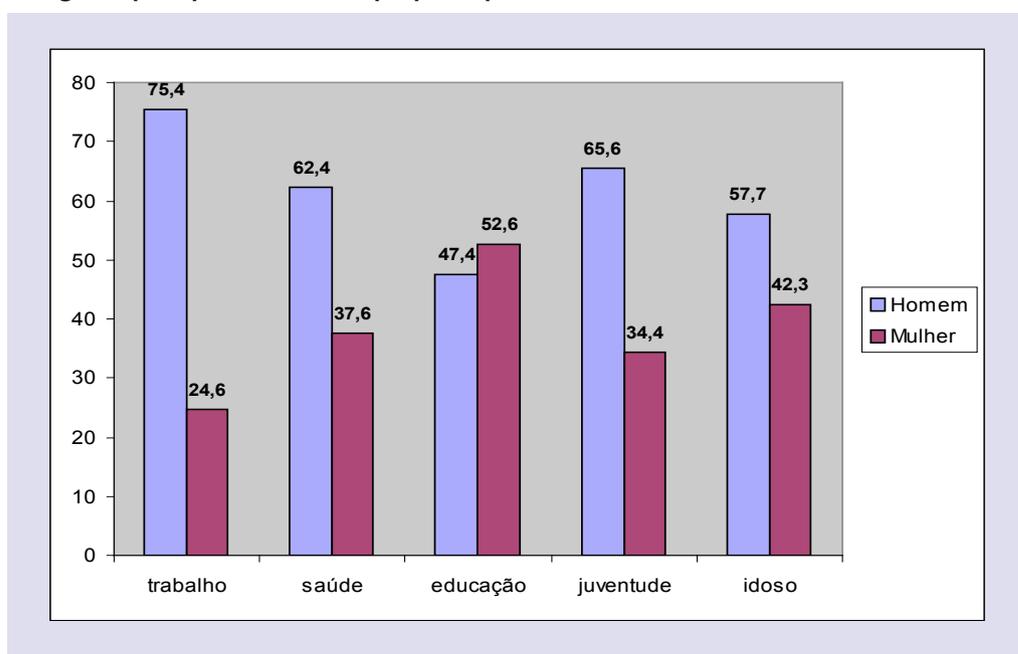
dos homens com questões relacionadas ao trabalho, enquanto as mulheres acabam se responsabilizando mais por outras áreas. O corte de gênero aqui pode indicar o crescimento de intervenção da CUT em outros meios como resultado do aumento da participação feminina na Central ou, então, apontam que questões centrais para o sindicalismo, no caso, o trabalho, permanecem hegemonicamente concentrados nas mãos masculinas.

GRÁFICO 11
Membros de conselhos estaduais ou municipais de políticas públicas segundo sexo (2006)



Fonte: Quem São (2006)

GRÁFICO 12
Delegados por tipo de conselho que participa (2006)



Fonte: Quem São (2006)

O perfil médio dos delegados do 10º Concut é composto por dirigentes que estão a mais de 7 anos nos sindicatos, em entidades do serviço público estadual. Entre os grupos mais representativos nesta categoria estão os professores do ensino médio, indicando que esta é a categoria mais orgânica e representativa da CUT, atualmente. Na executiva da CUT, gestão 2009-2012, quatro diretores se encaixam neste perfil. É o caso de João Antonio Felício, ex-presidente da CUT nas duas gestões anteriores e secretário de relações internacionais, José Celestino, secretário de formação, Júlio Turra, diretor executivo e Antonio Lisboa Amâncio do Vale, diretor executivo. Eles também são o maior grupo profissional no interior da executiva da CUT, à frente dos bancários, em segundo, com três representantes. O fato mais importante a ser notado é a mudança no perfil das direções, que apontam uma transformação do sindicalismo cutista antes essencialmente industrial e rural, para um sindicalismo majoritariamente de serviço público.

Esta mudança de perfil deve ser observada como o efeito de dois fenômenos significativos. O primeiro e já citado anteriormente é a possibilidade de sindicalização de servidores públicos, que passaram a organizar seus sindicatos tendo a CUT como central sindical de referência. O segundo é que houve uma redução na qualidade de trabalhos industriais no Brasil por conta da reestruturação produtiva, que implica um processo de redução de mão de obra no setor. Diferentemente do setor industrial, nos serviços, há maior heterogeneidade nas condições de trabalho. Consequentemente, as pautas são mais diversificadas e as demandas aos sindicatos se tornam diferentes. Entre as várias pesquisas da Sociologia do Trabalho, destaca-se a de Offe (1989), que define bem estas novas relações ao questionar se o trabalho poderia continuar a ser percebido como categoria chave para a sociedade.

A CUT não passou imune a estas mudanças conjunturais, que resultaram também na vitória do PT nas eleições de 2003. Mas para continuar a ser a principal central sindical do país, ela se obrigou a uma adaptação a uma nova realidade. A representatividade da Central deveria, a partir de então, ganhar novos aspectos, ampliar-se para uma nova linha de ação. A prova desta adaptação está no conteúdo estratégico que passa a ser adotado como ação política da Central e na mudança do perfil dos delegados que passam a participar dos congressos da CUT.

Perfil dos dirigentes da CUT

O impacto das mudanças no mercado de trabalho tiveram menor incidência sobre as diretorias da CUT, mas reforçam também a mudança no perfil da Central. As informações sobre as diretorias eleitas em congressos apontam uma diferença nos quadros de origem dos dirigentes nos últimos 30 anos.

Nos gráficos a seguir, observa-se a redução da participação de dirigentes provenientes da indústria de transformação, da qual fazem parte os metalúrgicos. Por outro lado, observa-se o crescimento da participação de outros ramos

da economia, inclusive do meio rural. Outro apontamento significativo é o crescimento da participação de dirigentes provenientes de serviços, que passam a ser maioria a partir dos anos 1990 na CUT. Parte dessa mudança se deve ao surgimento de sindicatos no setor, proibido até 1988, e às mudanças econômicas promovidas no país, que reduziram a importância da indústria, em comparação com os serviços.

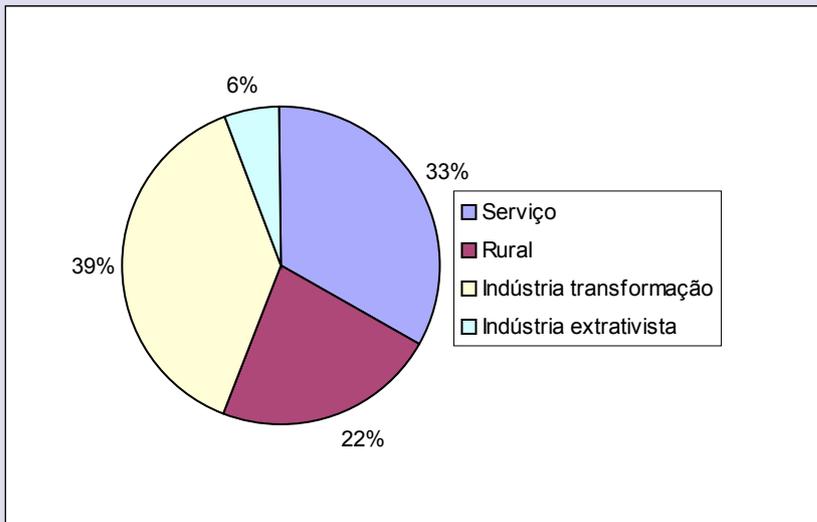
O desenvolvimento do setor financeiro, onde se desenvolveram melhores meios de lucro, foi acompanhado, necessariamente, da “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1989, p.140). Os países ocidentais, principalmente, passariam por um processo de desindustrialização, substituída pelas atividades no setor de serviços. Esta mudança no padrão de acumulação, desencadeada a partir dos anos 1970, resultaria em uma inversão dos padrões dos mercados de trabalho. No Brasil os impactos seriam sentidos nos anos 1990, com a redução dos empregos industriais e o crescimento em serviços (POCHMANN, 2001), resultando em uma mudança nas formas de contrato, no tipo de trabalho e no perfil do trabalhador. Se antes, portanto, a maior parte da força de trabalho brasileira concentrava-se no trabalho produtivo, representado pelo emprego industrial, a partir de então, ela passou a concentrar-se em formas de trabalho improdutivo, onde estão os empregos que atuam na prestação de serviços⁵.

Determinado a inserir o Brasil nos novos marcos da economia mundial, o governo federal promoveu mudanças que alteraram a estrutura do mercado interno e as relações de trabalho. A reconfiguração do mercado de trabalho, que trouxe a redução de assalariados formais nas ocupações e o aumento de não assalariados entre os ocupados, como é o caso do trabalho autônomo ou por conta própria, aliado ao crescimento estrutural do desemprego e trabalhadores com contratos precários, como os por tempo parcial, terceirizados, entre outros, levaram a uma diversificação ainda maior das necessidades e dos interesses dos trabalhadores. A mudança se expressa no modo de organização do sindicalismo. Os quadros dirigentes não estariam imunes a estas mudanças do mercado, como pode ser observado a seguir nos Gráficos 13, 14, 15, 16, 17 e 18.

Os gráficos apontam uma mudança no perfil dos dirigentes cutistas, seguindo a tendência do mercado de trabalho no Brasil, da mesma maneira que se percebe a mudança nos delegados eleitos aos congressos. Uma diretoria composta por maioria de trabalhadores provenientes de serviços, traz consigo maior heterogeneidade, que exige a elaboração de estratégias de maior abrangência. Este novo perfil dirigente traz uma nova relação entre a CUT e os trabalhadores e demonstra uma capacidade de adaptação da Central à realidade. É o que se expressa nos conteúdos aprovados nos congressos e que passam a definir os limites da ação cutista.

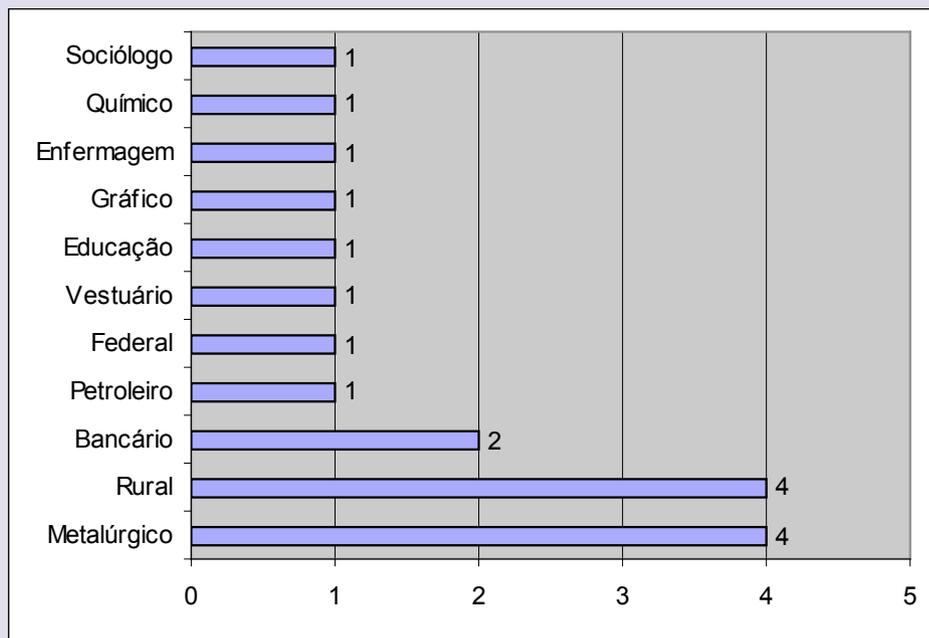
5. Braverman (1987) dedica um capítulo para o debate sobre trabalho produtivo e improdutivo. O conceito é tratado a partir de uma revisão de Marx (1987), que não vivenciou a transformação do trabalho improdutivo em trabalho assalariado.

GRÁFICO 13
Diretoria da CUT eleita em 1984/1986 (por setor da economia - %)



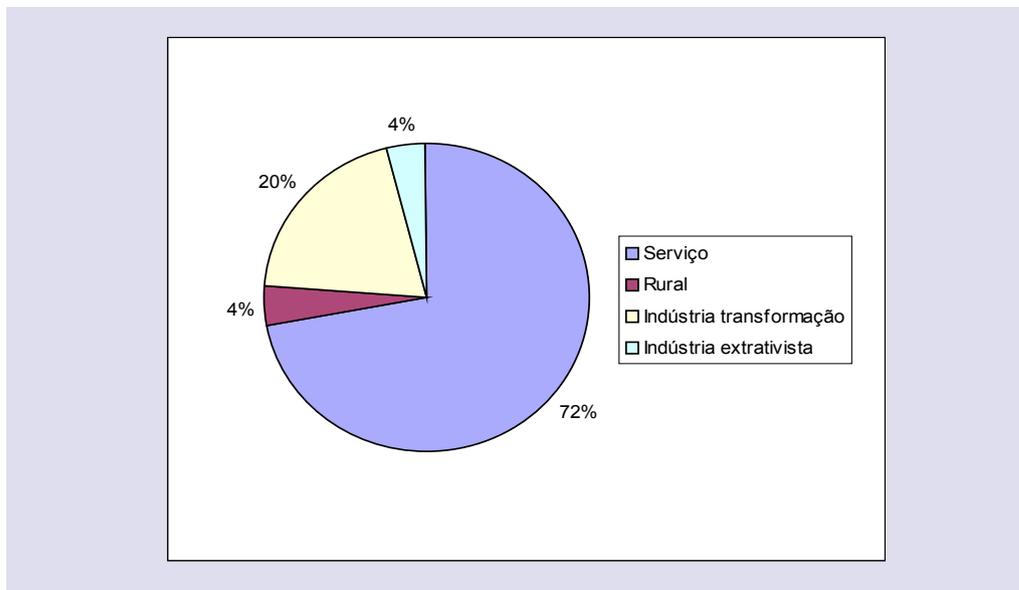
Elaboração própria

GRÁFICO 14
Diretoria da CUT eleita para período 1984/1986 (por ramo de atividade)



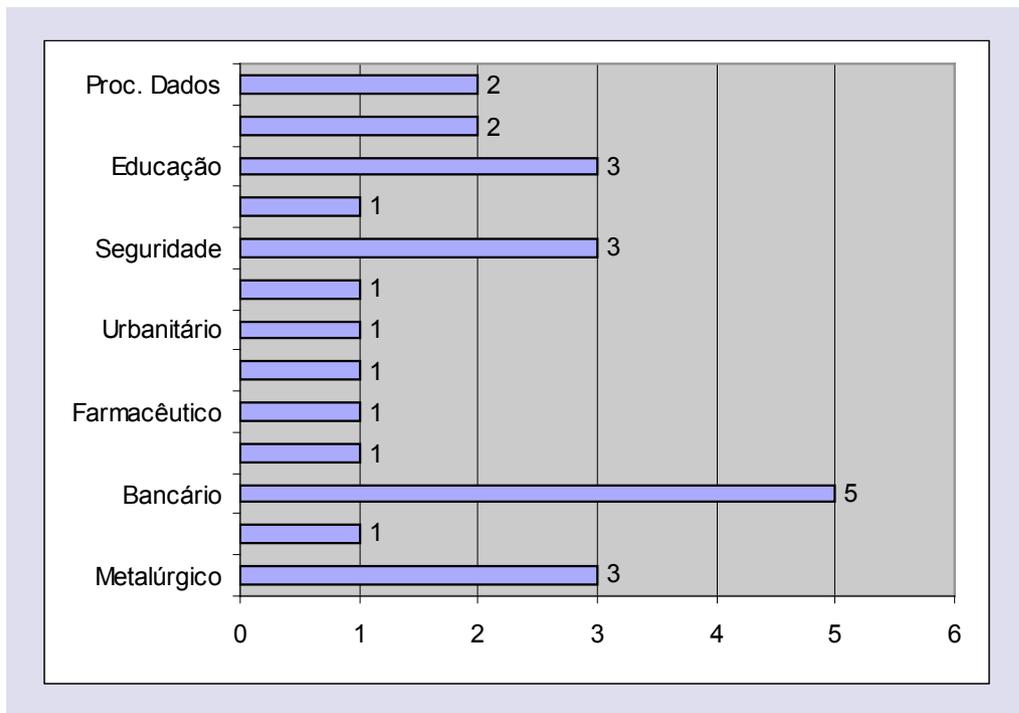
Elaboração própria

GRÁFICO 15
Diretoria da CUT eleita para período 1994/1997 (por setor da economia - %)



Elaboração do autor

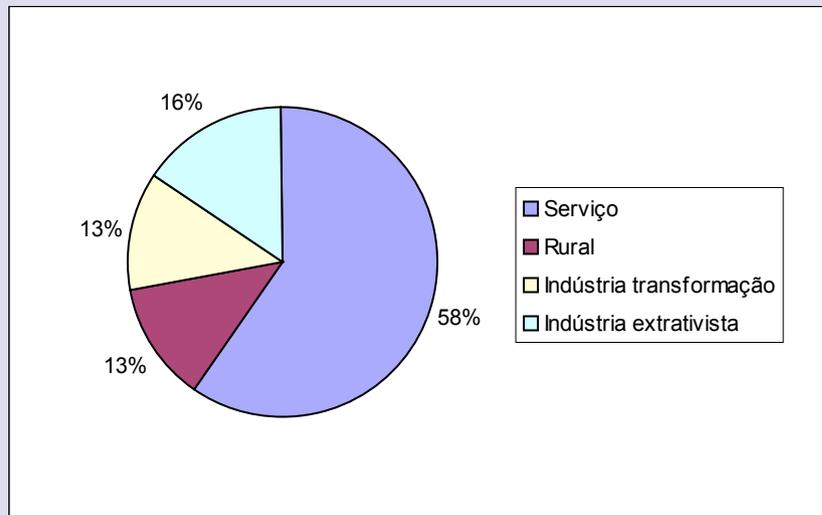
GRÁFICO 16
Diretoria da CUT eleita para período 1994/1997 (por ramo de atividade)



Elaboração do autor

GRÁFICO 17

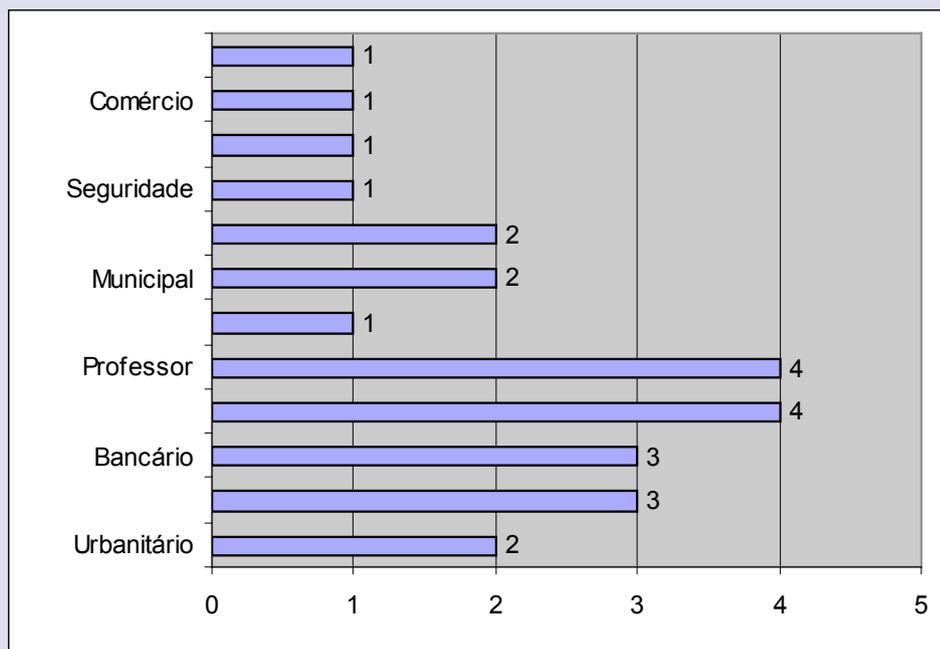
Diretoria da CUT eleita para período 2009/2012 (por setor da economia - %)



Elaboração do autor

GRÁFICO 18

Diretoria da CUT eleita para período 2009/2012 (por ramo de atividade)



Elaboração do autor

Considerações finais

Ao longo das últimas três décadas, o sindicalismo cutista passou por transformações que transcendem o campo político. Trata-se de uma mudança no perfil dos dirigentes, antes ligados à indústria e ao campo, agora muito mais relacionados ao trabalho desenvolvido no setor de serviços, sobretudo, o serviço público. Se o perfil dos dirigentes sindicais é o reflexo da realidade dos locais de trabalho, podemos afirmar que o sindicalismo cutista passou a representar trabalhadores em condições diferentes daquelas dos anos 1980, quando a Central foi fundada.

Em outras palavras, poderíamos dizer que a base representativa da CUT se modificou. Por outro lado, não é possível afirmar se esta mudança implica também a redefinição da abrangência desta representatividade. As estratégias participativas desenvolvidas nos últimos anos levam a crer que a CUT tem buscado este objetivo.

Por outro lado, percebe-se a capacidade de adaptação da Central à realidade do mercado de trabalho brasileiro. A CUT demonstra sintonia com o perfil do trabalhador brasileiro, de modo a manter sua representatividade. Neste processo de mudança do perfil dirigente, observa-se uma transformação também nas estratégias da Central, que passa a ter maior abrangência representativa.

Referências bibliográficas

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 8. ed. reimp. São Paulo: Boitempo, 2006.

AQUILES, A. O conceito de classe em Ricardo Antunes e Edward Thompson: algumas aproximações. In: **Acta Scientiarum**: Human and Social Sciences. Maringá, v. 33, n. 1, pp 13-19, 2011.

BRAVERMAN, H. **Trabalho capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987. p. 17-93

CONGRESSO NACIONAL DA CUT., 8. **Resoluções...**, 2010. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/documentos-oficiais>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

CONGRESSO NACIONAL DA CUT., 10. **Resoluções...** Disponível em: <<http://www.cut.org.br/documentos-oficiais>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

CONLUTAS. **Estatuto**. Disponível em: <<http://www.cspconlutas.org.br/quem-somos/estatuto>>. Acesso em: 20 out. 2011.

CUT. **Perfil dos delegados do 10º Concut**. São Paulo, 2010. (no prelo)

CUT. **Quem são e o que pensam delegadas e delegados do 9º Concut**. São Paulo: CUT, 2006.

GALVÃO, A.; TRÓPIA, P.; MARCELINO, P. A reconfiguração do sindicalismo brasileiro nos anos 2000: as bases sociais e o perfil político-ideológico da Conlutas. In: **ENCONTRO DA ANPOCS**, 34, 2010, Caxambu-MG. Anais... São Paulo: Anpocs, 2010.

JÁCOME RODRIGUES, I. **Sindicalismo e política**: a trajetória da CUT (1983-1993). 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.

OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: OFFE, C. **Trabalho e sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. e/ou Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 10, vol. 4, p 5-20, jun. 1989.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL: avançar rumo à liberdade, autonomia e organização no local de trabalho. São Paulo: CUT, 2009.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTANA, M.; RAMALHO, J. **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. v. I, 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.